

Alunos reprovados por excesso de faltas indemnizarão Estado

Os pais e encarregados de educação dos alunos que no ano lectivo findo reprovaram nas últimas classes das escolas Secundária Emília Dausse e Industrial e Comercial Eduardo Mondlane, na cidade de Inhambane, por faltas e por desleixo, deverão contribuir com cinquenta por cento para a indemnização dos gastos efectuados pelo Estado. O pagamento de 50 por cento é aplicado para os pais e encarregados de educação que são funcionários do Aparelho de Estado, enquanto que para os operários e camponeses a taxa é de um quinto.

Para o cumprimento desta orientação, que surge na materialização das decisões da Direcção do Partido, anunciadas pelo Presidente Samora Machel em 13 de Fevereiro de 1982, as direcções das escolas Secundária Emília Dausse e Industrial e Comercial Eduardo Mondlane, deverão efectuar, até ao fim de Dezembro corrente, uma análise de cada caso dos alunos que reprovaram, para seleccionar aqueles que perderam o ano por faltas e por desleixo.

Estas decisões foram tornadas públicas pelo Primeiro Secretário Provincial do Partido e Governador de Inhambane, José Pascoal Zandamela, quando recentemente falava num convívio dos finalistas das escolas citadas.

Naquele convívio, onde também estiveram presentes pais e encarregados de educação dos finalistas, representantes de estruturas de base do Partido e membros do Comité Provincial, foi feito o balanço dos resultados obtidos por cada escola ao nível dos finalistas, tendo sido referido que na «Emília Dausse», dos 239 alunos inscritos na nona classe, somente 90 transitaram, cinco dos quais dispensaram dos exames.

Na Escola Industrial e Comercial Eduardo Mondlane onde pela primeira vez funcionou, este ano o regime semestral, dos 101 alunos matriculados nos terceiros anos de Contabilidade, Mecânica e Electricidade, 81 transitaram, o que corresponde a 85 por cento do total de alunos matriculados.

Naquele encontro de finalistas, foram apresentadas duas mensagens, uma conjunta dos alunos diurnos das duas escolas e outra dos finalistas nocturnos da Escola Secundária Emília Dausse.

Num contexto global, as mensagens referiram-se às dificuldades encontradas durante o ano lectivo, nomeadamente, a falta de professores para algumas disciplinas facto que se reflectiu nos exames, e as desistências por parte de alguns alunos do curso nocturno.

A mensagem dos finalistas nocturnos frisava que aqueles alunos que

durante o ano desistiram por motivos injustificados deveriam ser punidos de acordo com as leis vigentes. Aliás, o Governador de Inhambane, José Pascoal Zandamela, viria depois a dizer que os alunos nocturnos que reprovaram deveriam eles próprios indemnizar o Estado em cinquenta por cento.

Dez alunos que mais se distinguiram pelo comportamento, nível de aproveitamento pedagógico, assiduidade e participação efectiva nas tarefas extra-escolar naqueles dois estabelecimentos, receberam prémios de emulação, que consistiram em álbuns sobre o Terceiro Congresso e Autógrafos.

A acrescentar estas ofertas das direcções das escolas, o Primeiro Secretário Provincial do Partido e Governador de Inhambane distribuiu álbuns do 3.º Congresso.

Os alunos, por seu turno, ofereceram trabalhos de pintura e de artesanato, por eles executados.

Falando na altura, José Pascoal Zandamela, referiu-se às responsabilidades dos pais, encarregados de educação, estruturas de base do Partido dos locais onde as escolas estão sediadas e dos professores, na formação do Homem Novo.

Disse, a propósito, que os pais, encarregados de educação e as estruturas de base do Partido, devem conceber a escola como sua, pelo que se devem preocupar em saber quais os problemas que ela enfrenta, o nível de engajamento dos alunos, enquanto, por outro lado, a escola também deve marcar presença na transformação da comunidade. O professor, dentro das suas possibilidades deverá programar visitas aos pais e encarregados de educação para conversar sobre a vida dos seus alunos, facto que entre outras vantagens, poderá contribuir para o prestígio do professor na comunidade.

O Primeiro Secretário Provincial do Partido falou depois da necessidade de se fazer cumprir as orientações presidenciais de 13 de Fevereiro de 1982, segundo as quais os pais e encarregados de educação deverão indemnizar o Estado pelos gastos que os alunos fazem, caso não transitarem.

José Pascoal Zandamela recordou algumas passagens da intervenção do Presidente Samora Machel naquele encontro, particularmente, aquela em que o dirigente máximo do Partido e Estado moçambicano diz que o Estado só investirá em terreno fértil.

Disse depois que este ano as medidas são somente aplicadas às últimas classes e nos próximos anos serão introduzidas, progressivamente, nas outras classes.